

Anais do Congresso Nacional de Ensino de Ciências e Formação de Professores,
Volume 4 (2024), ISSN: 2526-7485

RESTRIÇÃO E ALERGIA ALIMENTAR: o cuidado com a alimentação das crianças na creche

Maísa Fabline Santos Pereira¹
Altina Abadia da Silva²
Thaís Coutinho de Souza Silva³

Eixo 01: Ensino e aprendizagem - Aspectos cognitivos, sociais e afetivos envolvidos no ensino e na aprendizagem de conceitos científicos em diferentes níveis de ensino; ambientes de aprendizagem; aprendizagem colaborativa; modelos e modelagem na Educação em Ciências; ensino por investigação; experimentação.

Resumo: Este trabalho apresenta o resultado final de um Trabalho de Conclusão de Curso e apresenta um estudo já finalizado sobre a temática que envolve alergia e intolerância alimentar das crianças nas instituições de educação infantil, no que tange a faixa etária da creche. O problema desta pesquisa surgiu a partir dos seguintes questionamentos: Como as instituições de Educação Infantil têm tratado as questões sobre intolerância e alergia alimentar no contexto da creche? Sendo assim, o objetivo principal desta pesquisa buscou compreender o processo de atendimento às restrições alimentares das crianças ao ingressarem na Educação Infantil – creche. Para tanto, na constituição deste estudo utilizamos o método de pesquisa descritiva com caráter qualitativo, e assim a metodologia abarcou o desenvolvimento de um levantamento bibliográfico e documental sobre a temática, e ainda, como procedimento técnico realizamos um roteiro de entrevista semiestruturada, para abranger as percepções de duas professoras acerca do assunto. Sendo que uma das professoras entrevistadas atuava em um Centro Municipal de Educação Infantil da cidade de Catalão - Goiás, situado em um bairro periférico, e a outra professora trabalhava em escola da rede particular de ensino, situada na região central da cidade. Na apreciação das respostas das entrevistas utilizamos o método de Análise de Conteúdo. As conclusões da pesquisa apontam que a temática é bastante relevante, contudo não há estudos específicos nas publicações acadêmicas voltadas para a educação infantil. Os resultados destacam também a importância de se trabalhar a intolerância alimentar como um aspecto inerente a uma escola inclusiva.

Palavras-Chave: Alergia e Intolerância Alimentar; Educação Infantil; Alimentação Saudável; Escola Inclusiva.

INTRODUÇÃO

¹ Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Catalão-UFCat, fablinemaisa213@gmail.com

² Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Catalão-UFCat, tina_silva@ufcat.edu.br

³ Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Catalão-UFCat, thais.silva@ufcat.edu.br

O tema restrição e alergia alimentar das crianças na creche, foi definido através de leituras e buscas feitas em sites, também por experiências da vida familiar e nos momentos de estágios no ambiente escolar, pois as alergias e restrições alimentares em idade pediátrica são uma realidade cada vez mais prevalente na sociedade.

Segundo Nunes et.al. (2012) há uma diferença entre alergia alimentar e a intolerância aos alimentos, uma vez que, intolerância alimentar é caracterizada por uma reação adversa, que ocorre após a exposição a um determinado alimento, por exemplo, a intolerância à lactose, e quando o organismo não consegue digerir a lactose por deficiência da enzima lactase, causa dor e desconforto abdominal, diarreia, além de flatulência; já a alergia alimentar não envolve o sistema imunológico, é uma reação de saúde adversa que ocorre quando este reconhece erradamente um alimento como uma entidade agressora ao organismo, assim uma reação alérgica pode vir a ser de moderada a grave, em alguns casos, podem ser fatais, pois os sintomas aparecem rapidamente. Os alimentos mais comuns a esse tipo de reação são: leite, ovo, peixe, amendoim e frutos de casca rija e marisco. Cerca de cinco em cada 100 crianças sofrem de alguma alergia alimentar.

Dar importância para a implementação de estratégias de prevenção e tratamento dirigidas a esta problemática são extremamente relevantes para melhorar a qualidade de vida das crianças nas creches e de suas famílias.

Os profissionais que trabalham nas escolas juntamente com os profissionais da área da saúde possuem papel importante e determinante para uma melhor alimentação das crianças nas escolas de educação infantil, tendo em vista as dificuldades que essas crianças enfrentam diariamente na convivência em sociedade, uma vez que ainda não são vistas como uma necessidade de atenção efetiva.

Contudo, é possível considerar que esta realidade vem mudando com o passar dos anos a partir de um processo de conscientização dos sujeitos envolvidos neste contexto, sendo que este trabalho visa colaborar com a maior disseminação desse assunto e expandir os conhecimentos específicos, que se colocam extremamente relevantes e necessários.

Pensando em todo esse contexto, a escola, professores e a família exercem um papel fundamental no desenvolvimento de ações que promovam uma alimentação adequada, pois as alergias e restrições alimentares são uma realidade cada vez mais predominante na vida de muitas crianças, interferindo diretamente e impactando a sua qualidade de vida.

É com base nestes pontos que problematizamos a seguinte questão: Pensando nas crianças com alergias e intolerâncias alimentares como as instituições escolares de Educação Infantil têm buscado oferecer formação para as profissionais que atuam em creches, com o intuito de promover uma alimentação saudável para as crianças? As professoras que lidam diretamente com essas crianças conseguem atender as necessidades de alimentação de todos os alunos, e de cada criança individualmente, conforme as restrições e/ou alergias apresentadas?

Essa discussão se faz necessária, tendo em vista que o ambiente da creche desempenha um papel socializador e formador de hábitos e atitudes junto às crianças, o que denota as concretas possibilidades de contribuição que as professoras desempenham para que seus alunos consigam desenvolver conhecimentos significativos e tragam impactos nas condições de vida que possuem junto de seus familiares. Trabalhar a construção da identidade, diversidade e diferenças é extremamente importante para que a criança possa se conhecer e reconhecer a sua individualidade e especificidades, inclusive alimentar, pois sabemos que durante os momentos em que ela se alimenta, trocas interativas ocorrem e são essenciais para o seu desenvolvimento como membro da cultura da qual faz parte.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa buscou compreender de que maneira o atendimento às restrições alimentares das crianças são vislumbrados pelos profissionais que atuam nas escolas de Educação Infantil (creche), no que tange ao preparo dos alimentos a serem oferecidos às crianças, bem como, discutir a formação das professoras e ações desenvolvidas pelas escolas para a construção de hábitos alimentares saudáveis.

E como objetivos específicos esta pesquisa delimitou a intenção de:

- Refletir sobre a situação da criança com restrição alimentar na creche e as estratégias de intervenção adotadas;
- Entender como as instituições de educação infantil do município de Catalão têm atendido as necessidades das crianças que apresentam alergia e intolerância alimentar;
- Analisar como as professoras e demais profissionais que atuam na educação infantil tem recebido formação para lidar com as restrições alimentares e as possibilidades de desenvolver práticas pedagógicas para uma alimentação saudável.

Assim, acreditamos que medidas de cuidados com a família, escola e comunidade, são indispensáveis para poder oferecer o melhor suporte, para que seja adequado o desenvolvimento físico, social e emocional de uma criança que tenha alergia e restrição alimentar. Ou seja, além de cuidar nestes casos dessas reações é necessário provisionar para promover saúde. Ou seja, além de cuidar, a família, a escola e a comunidade, devem oferecer o melhor suporte, para que haja um desenvolvimento físico, social e emocional adequado, atendendo as necessidades de uma criança que tenha alergia e restrição alimentar.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho utilizamos o método de pesquisa descritiva com caráter qualitativo, dando ênfase na observação. Desse modo, corroboramos com Bogdan e Biklen (2003) ao discutirem que a investigação qualitativa "exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo" (BOGDAN E BIKLEN, 2003, p. 49).

Nesse contexto, fizemos um levantamento bibliográfico e documental, com a finalidade de refletir sobre a situação da criança com restrição e alergia alimentar no ambiente escolar da educação infantil, relativamente à faixa etária de zero a três anos de

idade, denominada creche. A escolha do levantamento bibliográfico está embasada nas contribuições de Gil (1994), ao enfatizar que este modelo de pesquisa permite ampliar o alcance de informações, além de possibilitar a utilização de dados espalhados em inúmeras publicações, colaborando também na produção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto.

O levantamento de documentos contou com as análises feitas no documento que orienta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo possível levantar dados e informações específicas sobre o contexto da merenda escolar, visto que, a pesquisa documental conforme aponta Gil (2010), nem sempre tem a finalidade de responder ou de assinalar decisivamente um problema, mas de proporcionar uma visão mais elaborada sobre a questão em análise ou sobre a hipótese indicada.

Nos aspectos do desenvolvimento da pesquisa de campo, foram escolhidas duas instituições com o objetivo de contemplar um universo com mais possibilidades de análises, sendo uma escola da rede pública e uma escola da rede privada, assim partimos para o estudo das informações obtidas em um Centro Municipal de Educação Infantil da cidade de Catalão - Goiás, situado em um bairro periférico, e também, buscamos investigar a realidade de uma escola da rede particular situada na região central da cidade, na tentativa de verificar a existência de algum contraponto na comparação entre as escolas, no que se refere às ações empenhadas para lidar com as diferentes alergias e intolerâncias alimentares.

A definição de localizações distintas das instituições ocorreu na tentativa de contemplar a diversidade e especificidades desses lugares, colocando em pauta os riscos e dificuldades encontradas por todos aqueles que estão envolvidos diretamente na alimentação das crianças, e como o ambiente em que esse/essa discente está inserido/a vem trabalhando e contribuindo para melhorar sua interação, participação e envolvimento, de modo que este estudante consiga se sentir pertencente à sociedade, a começar por suas condições de alimentação.

Na constituição da pesquisa e construção dos dados para análise, utilizamos um roteiro de observação e entrevista semiestruturada a ser respondida individualmente, por professoras, ou mesmo com a participação conjunta da coordenadora pedagógica de escolas de educação infantil, com a finalidade de produzir reflexões mais elaboradas e embasadas sobre a problematização da pesquisa, intentando alcançar melhores resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação por si só deveria ser inclusiva, a partir do momento que se constitui como direito inalienável de todas as pessoas. A educação inclusiva surge para universalizar e garantir acesso à educação, mais especificamente, o acesso de todos à escola. É a partir destas legislações que as pessoas com deficiência passam a ter o direito assegurado de frequentar as instituições de ensino regular e serem incluídas em espaços sociais por meio de instrumentos que eliminem ou amenizem suas dificuldades ao exercer suas funções sociais. A Constituição Federal de 1988 assegura o direito à igualdade e proíbe qualquer forma de discriminação, prescrevendo o direito aos instrumentos que assegurem a inclusão social.

A educação inclusiva nasce dos ideais de educadores, de famílias e de associações para deficientes, que reivindicaram seus direitos perante o estado, as organizações nacionais e também internacionais, promovendo a elaboração de políticas inclusivas e educação inclusiva para todos, sendo importante ressaltar que a legislação abrange e considera que devem ser incluídos todos os sujeitos que precisam, oferecendo condições necessárias para sua aprendizagem e integração, sem fazer distinção de condições físicas e psicológicas das pessoas (BRASIL 1999).

No Brasil a educação inclusiva foi dividida em três períodos, sendo eles, de 1854 a 1956, com iniciativas oficiais e particulares isoladas, e de 1957 a 1993, com iniciativas oficiais de âmbito nacional. Somente em 1994 até a atualidade, verificamos políticas públicas educacionais voltadas em específico para a educação especial.

Uma escola que trabalha com uma perspectiva inclusiva é a que acolhe a todos sem seleções ou discriminação, garante o acesso e a permanência da criança por meio de uma educação de qualidade, contudo, consideramos que esta deveria ser a função de todas as escolas. Incluir significa possibilitar as aprendizagens de todos, considerando suas vivências, trajetórias, dificuldades e avanços. Avaliamos que não será possível avançar na efetivação de uma educação inclusiva, sem garantir principalmente aos professores, uma formação continuada que dialogue com a sua realidade e esteja vinculada as suas necessidades formativas. Portanto, uma escola inclusiva é aquela que propicia:

Um ensino para todos os alunos há que se distinguir pela sua qualidade. O desafio de fazê-lo acontecer nas salas de aulas é uma tarefa a ser assumida por todos os que compõem um sistema educacional. Um ensino de qualidade provém de iniciativas que envolvem professores, gestores, especialistas, pais e alunos e outros profissionais que compõem uma rede educacional em torno de uma proposta que é comum a todas as escolas e que, ao mesmo tempo, é construída por cada uma delas, segundo as suas peculiaridades (ROPOLI, et al., 2010, p. 10).

Com base nestas reflexões, sopesamos que uma educação inclusiva deve trabalhar também para o bem estar das crianças que apresentam um diagnóstico de alergia e intolerância alimentar, embora os documentos oficiais ainda não façam esta discussão. Desse modo, sob a ótica da inclusão, propiciar uma visão de que essa criança se constitui como sujeito na sua relação com o outro, portanto, deve lhe ser ofertado, espaço e liberdade para ser sujeito, pessoa humana, por isso é tão importante conhecer melhor as necessidade das crianças com restrições alimentares em decorrência de alergia ou intolerância a algum alimento, para que possam ser acompanhadas mais de perto.

Pensando na inclusão de modo mais amplo, podemos questionar: é possível falar em autonomia em um ambiente marcado por práticas educativas por vezes excludentes, em que as crianças com alergia e intolerância alimentar fazem suas refeições, muitas vezes, isoladas de seus pares? Nos aspectos de uma escola inclusiva, a alimentação não deveria ser entendida como inerente à qualidade da educação oferecida para as crianças?

CONCLUSÃO

Os estudos empreendidos demonstram que a temática que abrange a intolerância e alergia alimentar possui grande relevância, pois à criança devem ser garantidos os direitos de saúde e bem-estar durante sua permanência na escola, pensando nesse cuidado é importante que toda a escola esteja atenta e preparada para qualquer situação que possa acontecer, tanto no cuidado, quanto na prevenção de possíveis contatos com alimentos alérgenos. O estudo também evidencia que o planejamento pedagógico das professoras que atuam na educação infantil devem considerar atividades que contemplem o momento da alimentação, pois é a profissional quem está mais próxima das crianças, principalmente, quando se considera o quanto são dependentes por serem crianças bem pequenas.

A partir deste estudo, é possível destacar também a importância de se trabalhar esta temática como um aspecto inerente a uma escola inclusiva, pois ocorrem momentos em que a criança é excluída por não poder participar da mesma alimentação oferecida para as demais crianças, como exemplo, em festas de aniversário, os bolos são de ingredientes variados, até mesmo algumas festividades que a própria escola promove.

REFERÊNCIAS

ALBIERO, Karine; ALVES, Fernanda Salvador. Formação e desenvolvimento de hábitos alimentares em crianças pela Educação Nutricional. **Revista Nutrição em Pauta**, São Paulo, v. 15, n. 82, p. 17-21, 2007. Acessado em 24 de nov.2022.

BATISTA, Rose. Cotidiano da educação infantil: espaço acolhedor de emancipação das crianças **Revista de Zero a seis**. 1º congresso do fórum de educação infantil dos municípios da AMREC. Artigos demanda continua, jul/dez. 2008.
<https://doi.org/10.5007/1980-4512.2008n18p53>

BENTO; L. C. et. al. **Alimentação saudável e dificuldades para torná-la uma realidade: percepções de pais/responsáveis por pré-escolares de uma creche em Belo Horizonte/MG**, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva Ago. 2015, Volume 20 Nº 8 Páginas 2389 – 2400 <https://doi.org/10.1590/1413-81232015208.16052014>

BEZERRA, J. A. B. **Educação alimentar e nutricional**: articulação de saberes-Fortaleza: Edições UFC, 2018. Acessado em: 26/05/2023.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto, 2003, 336 p.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1998. Acesso em: 12 fev. 2023.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Acesso em: 24 de nov. 2022.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Decretos**. Regulamenta a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília: MEC/CNE, 1999.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e Do Desporto. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2010. Acessado em 24 de nov. 2022.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Acesso em: 24 de nov. 2022.

_____. Base Nacional Comum Curricular – BNCC Versão Final. **Ministério da Educação**. Brasília, DF, 2018. Acessado em 24 de nov. 2022.

DRUMOND, Viviane. **Formação de Professoras e professores de educação infantil**: por uma pedagogia da infância. Revista de Zero a Seis. Artigos de demanda contínua. Jul/dez, 2018. <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2018v20n38p288>

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. 13. ed. São Paulo: Olho D'água, 2003.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010, 200 p.

MELLO, M. M. de S. **Nutrição Infantil: uma receita de saúde**. Porto Alegre: Mediação, 2003. Acesso em: 24 de nov.2022.

MOURA. M., SEABRA. K. **Alimentação no ambiente de Creche como contexto de Interação nos Primeiros dois Anos de um Bebe.** Psicologia em Estudo, vol. 10, nº1, Maringá, jan./abr. 2005, p.77-86. Acesso em: 24 de nov.2022.

NUNES, Mara. et al. **Alergia Alimentar.** Ministério da Educação e Ciência. Governo de Portugal. 2012. 21 p. Acesso em: 24 de nov.2022.

OLIVEIRA. Janine. **Estudo sobre intolerância à lactose e novas tendências na indústria de laticínios.** Monografia apresentada a coordenação de Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Campina Grande-Campus Pombal. Pombal/PB, 2015, p.1-55. Acesso em: 24 de nov.2022.

RAMOS. Amanda. **Caracterização do Planejamento e da Oferta da Alimentação Infantil no Ambiente Escolar.** Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Nutrição, da Universidade Federal de Uberlândia. 2020, p.1-24. Acesso em: 24 de nov. 2022.

RICHTER, A. C., VAZ, A. F. **Sobre a tutela dos corpos infantis na rotina alimentar da creche.** Cadernos de Pesquisa. Vol. 41, Nº 143, ago. 2011, p. 486-501.

ROPOLI, E. A. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SILVA. R., PASSOS. T. **Adequação dos Cardápios da Alimentação Escolar de Creches Segundo a Pirâmide Alimentar Infantil.** J Health Biol;6(3):273-278;2018. Acesso em: 24 de nov.2022

STEVANIN. Greice. **Com Sabor e Afeto: Um Estudo Sobre as Práticas Cotidianas de Alimentação no Berçário.** Programa de Pós Graduação em Educação, curso de especialização em docência na Educação Infantil - MEC/UFRGS, Porto Alegre, 2016. Acesso em: 24 de nov. 2022.

VALENÇA, V. L. C.; FONTANA. L. M. As crianças e as aprendizagens pelo cotidiano: jogos, comunicações, e relações afetivas. **Revista de Zero a Seis.** Artigo. Jul./dez., 2017. <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2017v19n36p411>

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** Rio de Janeiro: Martins Fontes. 1984. Acesso em: 12 fev. 2023.